

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL PAULO HENRIQUE
PISSAIA
CENTRO- RUA SANTO ESTANISLAU
DESCANSO – SANTA CATARINA**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Descanso, 14 de fevereiro de 2022

1. APRESENTAÇÃO

Este documento é resultado de um trabalho de reflexão e de estudos envolvendo comunidade escolar do Centro de Educação de Ensino Fundamental Paulo Henrique Pissaia. O objetivo principal foi refletir sobre os interesses e perspectivas dos diferentes segmentos da comunidade escolar, tendo em vista as mudanças de leis ocorridas na Educação, visando definir um plano de atividades que possibilite a construção de um ensino de qualidade.

Optou-se pela metodologia do planejamento participativo como um processo educativo que proporciona aos participantes o desenvolvimento de um espírito crítico e de uma prática cidadã consciente e responsável.

Na primeira etapa reuniu-se o corpo docente e a direção e discutiu-se a importância do Projeto Político Pedagógico para a escola e passos de sua construção.

Na segunda etapa, analisamos e sistematizamos as propostas encaminhadas pelos grupos de trabalho, para que fossem posteriormente reunidas na primeira versão do Projeto Político Pedagógico e aprovadas pelos participantes.

Por fim, construímos o marco operacional, pensando a organização curricular abrangendo, organização por turmas, planejamento e avaliação.

O Projeto Político Pedagógico ora apresentado, não constitui um documento acabado. Deverá ser permanentemente reavaliado, ampliado e modificado pela comunidade escolar que deverá ter sua participação intensificada gradativamente.

2. JUSTIFICATIVA

O Projeto Político Pedagógico além de ser o eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino, proporciona a busca da identidade da escola, tendo por finalidade o comprometimento na construção de uma sociedade mais humana e democrática, vendo o homem como ser social e sujeito da educação.

Planejar é o ato pelo qual decidimos o que construir; é o processo de abordagem racional e científica dos problemas da educação. Segundo Gadotti (apud Veiga, 2001, p. 18):

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Projetar, inovar, requer disponibilidade, desejo de mudança. Construir e revisar o Projeto Político Pedagógico não significa atualizá-lo de acordo com as novas teorias educacionais. Implica em rever a sala de aula, as características dos educandos, a influência da sociedade que vai além dos muros da escola de maneira a antecipar o amanhã, o futuro. Neste sentido, torna-se fundamental ter clara a importância do P.P.P. como um documento norteador das práticas e ações realizadas na instituição escolar, tendo em vista que possui uma intencionalidade.

Conforme afirma Veiga (2004, p.12) “Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”. Ele não deve ser entendido como um documento que após sua construção seja arquivado ou encaminhado as autoridades, núcleos de educação para cumprir as tarefas burocráticas, pois envolve os indivíduos presentes no processo educativo escolar, de modo que subsidia a organização do trabalho pedagógico e educativo da escola.

3. OBJETIVO GERAL

Elaborar coletivamente um documento que orienta a organização e funcionamento do trabalho político e pedagógico da instituição escolar, visando um olhar sensível, democrático e reflexivo.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 4.1 Identificar o contexto em que a escola está inserida bem como quem a compõe;
- 4.2 Refletir a concepção de educação e a função social da escola baseada nos pressupostos de Lev Vygotsky;
- 4.3 Buscar na legislação bases que regem a construção do documento que ampara a prática educacional;
- 4.4 Estabelecer e organizar critérios que orientam a prática pedagógica (currículo, organização de turmas, planejamento e avaliação).

5. FILOSOFIA DA ESCOLA

Tornar o conhecimento acessível a todos e, através da relação teoria-prática, desenvolver o ser humano em seu aspecto biopsicossocial, reconhecendo-se como um cidadão transformador, responsável, solidário e ativo.

6. LEMA DA ESCOLA

O amor é o eterno fundamento da educação.

7. MARCO SITUACIONAL

Pela LEI nº 1218/2013, de 22 de fevereiro de 2013, o denominado Centro de Educação de Ensino Fundamental Paulo Henrique Pissaia, localizado no perímetro urbano da cidade de Descanso, Rua Santo Estanislau, foi criado a fim de oferecer melhor condições ao ensino público, pois a demanda que englobava crianças de pré-escola ao 5º ano em um só espaço, alertava para a necessidade de ampliação do espaço físico, dessa forma a edificação da referida instituição contemplou alunos de 3º, 4º e 5º anos.

Desde então atende, além das crianças do centro da cidade, as das **comunidades de** Linha São Valentin, Linha Pântano, Linha Leste, Linha Gaúcha, Linha Jacutinga, Linha Bela Vista Durigon, Linha Famoso, Linha Alegre, Linha Parda, Distrito de Itajubá, Linha Jorge Lacerda, Linha Campinas, Linha Colorado, Linha Macaco Branco, Linha Navegantes, Linha Santo Expedito, Linha Sanga Curta, Linha Cruzinhas, Linha Burin, Linha Pratinha.

Iniciou suas atividades em 03 de agosto de 2015 e nos anos posteriores desenvolveram-se projetos trimestrais da rede municipal de educação tendo como temas o resgate de virtudes e valores, a ênfase aos valores culturais, a sensibilização à educação ambiental visto como um compromisso de todos, ou seja, a instituição enfatiza a cidadania e responsabilidade como elemento crucial de desenvolvimento.

7.1. Situação legal e funcional

Denominação: **Centro de Educação de Ensino Fundamental Paulo Henrique Pissaia**

Ato de criação: **1218/2013**

Código do INEP: **42151694**

Localização: **Rua Santo Estanislau – Centro – Descanso/ SC**

7.2.1 Rede física

7.2.2. Área do terreno: **26.226.40m²**

7.2.3. Matrícula: **3.135 de 08/05/2009**

7.2.4 Instalações : **06 salas de aula**

01 sala para Secretaria/Direção

01 sala para professores

01 sala de orientação

01 cozinha

01 área de serviço

01 sala para informática

01 sala para biblioteca

01 Área coberta

7.2.5 Instalações Sanitárias: **03 banheiros masculinos**

03 banheiros femininos

02 banheiros para funcionários

7.3 Nível de ensino:

Ensino Fundamental

7.3.1. Modalidade: **3º, 4º e 5º ano**

Número de turmas: 11

7.4 Horário:

Matutino - 7:30 às 11:30 horas

Vespertino – 13:10 às 17:10 horas

7.5 Número de alunos (até a presente data):

3º anos – 63 alunos

4º anos – 51 alunos

5º anos- 55 alunos

Totalizando **169** alunos

7.6 Aula de Reforço Escolar (Apoio Pedagógico)

Para os alunos que apresentam dificuldade na leitura e escrita em horário extraclasse.

7.7. Quadro de funcionários

Atualmente para bem servir aos alunos atendidos, a escola conta com:

01 Diretora
01 Especialista em Assuntos Educacionais
01 Merendeira
02 Zeladoras
05 Auxiliares de ensino
02 Professoras de LEI- Língua Estrangeira Inglês
01 Professora de Arte
01 Professora de Educação Física
02 Professoras de reforço escolar
05 Professoras titulares
Totalizando 21 funcionários

7.8 Matriz curricular

A instituição optou por trabalhar de forma interdisciplinar os componentes curriculares específicos das professoras titulares com formação em Pedagogia, isso não quer dizer que não se possam estabelecer relações com as demais disciplinas. Até o corrente ano, seguimos o currículo baseado nas diretrizes, RCNEI e PCNS. A partir do documento oficial, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), formulamos para que em 2019 a matriz curricular possa atender o documento garantindo ainda as especificidades do nosso município e dos atendidos.

Disciplinas	Número de aulas (em efetivo trabalho)	Público contemplado	Tempo por aula
Língua Estrangeira – Inglês	01 aula semanal	3º ao 5º ano	45 minutos
Educação física	03 aulas semanais	3º ao 5º ano	45 minutos
Arte	02 aulas semanais	3º ao 5º ano	45 minutos

Geografia; História; Matemática; Língua Portuguesa; Ensino Religioso; Ciências.	Trabalhadas de forma equilibrada e interdisciplinar em 38 aulas considerando uma carga horária de 40 horas semanais. Mas se considerasse uma divisão de disciplinas seria (para uma carga horária de 20 horas): 04 aulas- Língua Portuguesa; 04 aulas- Matemática; 03 aulas- Geografia; 03 aulas- História; 03 aulas- Ciências; 02 aulas- Ensino Religioso	3º ao 5º ano	45 minutos
--	--	--------------	------------

7.8.1 Hora atividade

Conforme Plano de Cargos, Carreira e Remuneração para os profissionais em educação do magistério público, na jornada de trabalho dos profissionais da educação se observará a proporção máxima de 2/3 (dois terços) da carga horária para as atividades de interação com os estudantes em sala de aula e 1/3 (um terço) como hora atividade.

8. MARCO TEÓRICO

8.1 O papel da educação e do professor dos anos iniciais na contemporaneidade.

A educação sempre contribuiu para o desenvolvimento da sociedade. Assim como, para os seres pensantes, a educação sempre foi a prioridade do mundo. A educação não pode ser considerada como um processo linear, mecânico. Pelo contrário, é um processo complexo, marcado por contradições e processos coletivos, contínuos e permanentes de formação de cada indivíduo, o que se dá na relação entre os indivíduos e entre estes e a natureza.

Segundo Libâneo (2010) em todos os lugares e momentos da vida nos envolvemos com a educação: na rua, na igreja, na família e na escola, seja para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Não há uma única forma ou modelo de educação; o ensino escolar não é a única prática; nem o professor o único praticante.

Busca-se uma definição: esta é tão ampla quanto o papel da educação nos dias de hoje:

E.du.ca.ção. *sf (lateducatione)* 1 Ato ou efeito de educar. 2 Aperfeiçoamento das faculdades físicas intelectuais e morais do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino. 3 Processo pelo qual uma função se desenvolve e se aperfeiçoa pelo próprio exercício: *Educação musical, profissional* etc. 4 Formação consciente das novas gerações segundo os ideais de cultura de cada povo. (MICHAELIS, 2009, grifo do autor).

Quando fala-se em educação, principalmente como processo de aperfeiçoamento, desenvolvimento e formação, os pensamentos remetem-se ao campo investigativo da Pedagogia, ciência *da* educação e *para* a educação, que une teoria e prática, ação e reflexão:

A educação associa-se, pois, a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores etc. (LIBÂNEO, 2010, p. 32).

A família é a primeira instituição e talvez, a mais importante, quando se discute a educação das crianças no sentido de valores, bens culturais, necessidades básicas, respeito e dignidade. Enquanto a escola, detém-se à educação e formação de saberes científicos, habilidades, técnicas: conhecimentos historicamente e socialmente construídos.

A família exerce forte influencia no comportamento dos educandos em fase de amadurecimento emocional, pois este amadurecimento dependerá de experiências emocionais anteriores, ou seja, aquilo que foi vivenciado na infância desempenha papel importante durante a vida do educando.

Conforme Buscaglia (1993,p. 79) “a família é definida como um sistema social pequeno e interdependente, dentro do qual podem ser encontrados subsistemas ainda menores, dependendo do tamanho da família e das definições de papeis”. Cada família, como todo sistema, possui uma estrutura determinada, que se organiza a partir das demandas, interações e comunicações que ocorrem em seu interior e com o exterior. A família transmite, avalia e interpreta a cultura para a criança.

“Certamente a Pedagogia existe desde que houve necessidade de cuidar de crianças e de promover sua inserção num contexto social. Todavia, sua institucionalização ocorre com a modernidade, por volta do século XVI.” (LIBÂNEO, 2010, p. 163).

No entanto, as transformações e a organização da sociedade contemporânea têm enfatizado, principalmente, a função da escola na educação das novas gerações em todos os saberes, tomando para si, funções anteriormente desempenhadas pela família.

Na reflexão sobre o papel do professor, relembra-se sábias palavras de Paulo Freire, que todo o docente deve compreender:

Embora diferentes de si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem *formar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, (...) quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, 2013, p. 25)

Numa relação dialógica, nenhum sabe mais que o outro, nenhum dá forma ou determina algo ao outro, não há relação vertical, não há ‘sujeito e objeto’, não há quem somente ensina e quem somente aprende. Professor e aluno são parceiros, são colegas, são sujeitos que constroem o processo de ensino-aprendizagem mutuamente.

Um dos papéis da educação consiste em resgatar a ação da família, para junto à escola, contribuir para a educação das infâncias.

Inclusive, a instituição de ensino estabelece sua relação com a família muito antes de receber a criança. Pois é a família que procura a escola em busca do atendimento educacional. Nesse sentido, é necessário que os estabelecimentos educativos mostrarem-se disponíveis para a sociedade e às famílias, tanto no atendimento quanto na elaboração de estratégias e ações educativas.

“Interagir com as famílias significa ser uma instituição aberta as diferentes formas que as configurações familiares adquirem na contemporaneidade e à participação das famílias em diferentes instâncias” (BARBOSA, 2009, p. 34).

É muito importante a colaboração escola-família, pois quando as famílias participam da vida escolar torna-se mais fácil a integração dos educandos e melhora a qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Nessa relação de escola-família, a mediação do docente capaz é fundamental, pois este também possui características sociais e culturais diferenciadas da comunidade a qual a escola em que trabalha está inserida. Lhes é exigido romper com preconceitos e conhecer as culturas locais para contemplá-las no dia-dia escolar, no sentido de vincular e valorizar essas diferenças. (BARBOSA, 2009).

Segundo Redin (1998) essa compreensão só é possível quando a ação docente parte do seu campo de atuação: a realidade da criança (um ser em desenvolvimento,

histórico concreto, sujeito de direitos e necessidades). É esta criança, segundo o autor, que definirá o perfil do profissional que será seu parceiro no tempo e espaço da instituição.

A instituição considera que em sua forma de trabalho estão presentes várias teorias que se complementam. Contudo, a proposta pedagógica está subsidiada pelos pressupostos da teoria histórico-cultural, cujo precursor é Lev Semiónovitch Vigotski e seus colaboradores, dentre eles citamos Leontiev.

A escolha dessa teoria como aporte teórico deve-se ao fato de ela enfatizar a experiência social (e escolar) no desenvolvimento das formas de comportamento tipicamente humanas, dos chamados processos psicológicos superiores. Leontiev (1997, p.428) afirma que:

A ideia de Vygotsky era clara: os fundamentos teórico-metodológicos da psicologia marxista deveriam começar a ser elaborados a partir da análise psicológica da atividade prática, laboral do homem, a partir de posições marxistas. É precisamente aí que jazem as leis fundamentais e as unidades iniciais da vida psíquica do homem.

Na formação da subjetividade dos sujeitos o processo histórico e social é determinado pelas expressões da cultura, e a subjetividade é algo que varia de acordo com o julgamento de cada pessoa, são as relações individuais que cada pessoa pode interpretar da sua maneira, que é subjetiva e singular de cada um, enfim a opinião pessoal acerca de determinado assunto.

Essa condição de vida varia de acordo com os sentimentos e hábitos de cada pessoa, os homens são sujeitos da história, e tem como elemento básico de compreensão as suas relações estabelecidas nos campos econômico, político e ideológico, que formam ainda a base de sua consciência e de suas capacidades de interagir no meio social.

Adotar esses pressupostos teóricos significa direcionar nossas ações focalizando a relação aprendizagem, desenvolvimento e escolarização, a fim de organizar o ensino que promova o desenvolvimento das máximas capacidades humanas.

8.2 Concepção de avaliação

O processo de avaliação não diz respeito apenas ao ensino e nem pode ser reduzido apenas a técnicas. Fazendo parte da permanente reflexão sobre a atividade humana, a avaliação constitui-se num processo intencional. Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar e estabelecer novos objetivos. Ela também é uma questão política. Pode se constituir num exercício autoritário do poder de julgar ou, ao contrário, pode se

constituir num processo e num projeto em que avaliador e avaliando buscam e sofrem uma mudança qualitativa.

Essa Segunda prática é chamada por Paulo Freire de “avaliação emancipadora”, e de “concepção dialética da avaliação”, por Pedro Demo. Demo valoriza na avaliação, os critérios de representatividade, de legitimidade, de participação da base, de planejamento participativo, de convivência, de consciência política, de solidariedade comunitária, de capacidade crítica e autocrítica, de autogestão e de outros elementos que em última instância, serviriam para desenvolver a cidadania. Se qualidade é participação, avaliação qualitativa equivale a avaliação participante.

Luckesi dá à avaliação um maravilhoso conceito, dizendo que é um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo e inclusivo. “Quero clarificar como o ato de avaliar a aprendizagem, por si, é um ato amoroso. Entendo que o ato de avaliar é, constitutivamente, amoroso” (2005, p. 168).

Diante dessas contribuições teóricas, concebe-se avaliação como emancipatória e qualitativa, que seja um instrumento de reflexão para professores e alunos, cada qual buscando melhorar sua prática a partir dos resultados obtidos, não sendo vista como um acerto de contas ou um ato de autoridade e manipulação. Que priorize o que realmente é essencial.

Com base nesses educadores concebemos como uma avaliação adequada a diagnóstica (processual, cumulativa e contínua). Nesta perspectiva o processo de avaliação pressupõe uma tomada de decisão, uma oportunidade do aluno tomar conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organização para mudanças necessárias.

Nesta perspectiva de avaliação, e de acordo com o Artigo 24 da LDB “concebe-se recuperação de estudos como uma parte constitutiva da prática docente e não apenas recuperação de notas”. Portanto a recuperação dos conteúdos não compreendidos pelos alunos, acontecerá concomitantemente durante o processo ensino aprendizagem, não somente no final do ano letivo o que caracterizaria somente como recuperação da média final, mas a medida que o aluno vai sendo avaliado. Ainda a avaliação seguirá o que preconiza a Resolução 183/2013.

Além da avaliação quantitativa também é considerada a avaliação qualitativa (com registro conceitual em ata de conselho de classe e atribuição numérica) sendo valorizada a responsabilidade, o coleguismo, comportamento, respeito no ambiente

escolar, participação, considerando a nota de 0 (zero) até 10 (dez) para alunos, sendo somada a outras notas totalizando a média trimestral. A média de ambas as séries/anos será 7,0 (sete).

9. MARCO LEGAL

O Projeto Político Pedagógico nasceu após a Constituição de 88, para dar autonomia às escolas na elaboração da própria identidade, sendo referencial de quaisquer instituições de ensino. Regido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) 9394/96, sancionada em dezembro do mesmo ano possui 92 artigos voltados para a educação.

Pensar no processo de construção de um projeto político-pedagógico requer uma reflexão inicial sobre seu significado e importância. Planejar e construir um PPP, é compromisso com uma educação de qualidade e participativa, é a união entre escola e comunidade, comunidade e escola, pois ambos são indissociáveis. É trilhar um caminho com foco na aprendizagem, participar de opiniões e responder os anseios da sociedade.

Como já citado, a LDB ressalta a importância desse instrumento:

- ✓ No artigo 12, inciso I, que vem sendo chamado o “artigo da escola” a Lei dá aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.
- ✓ O artigo 12, inciso VII define como incumbência da escola informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.
- ✓ No artigo 13, chamado o “artigo dos professores”, aparecem como incumbências desse segmento, entre outras, as de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.
- ✓ No artigo 14, em que são definidos os princípios da gestão democrática, o primeiro deles é a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.
- ✓ No artigo 15, concedeu à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

Mas o que tudo isso significa? Significa expressão de liberdade, ter autonomia significa construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo rumos e planejando suas atividades de modo a responder às demandas da sociedade, ou seja, atendendo ao que a sociedade espera dela atendendo o que o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) 8.069/90 preconiza em seu artigo 4º, no

qual trata do direito da criança e do adolescente à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

O Plano Nacional de Educação- Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014- anseia na meta 19:

“assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a **efetivação da gestão democrática da educação**, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.”
(grifo nosso)

Para tanto, como estratégia para o alcance da meta, cita:

19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

Portanto, o conjunto de leis já mencionados intensifica a elaboração e autonomia da construção de projetos diferenciados de acordo com as necessidades de cada instituição. Tal autonomia afirma a expressão de liberdade, podendo-se constatar que a escola é "livre" para essa elaboração.

Ao fazermos referência ao educandário, o mesmo se encontra como entidade de nível fundamental, portanto fica estabelecido conforme a Lei nº 11.247, de 06 de fevereiro de 2006 a duração de nove anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Esta normativa é assegurada na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 que cita que

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

....." (NR)

Art. 4o O § 2o e o inciso I do § 3o do art. 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação: **Ver tópico (11 documentos)**

"Art. 87

.....

§ 2o O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) anos de idade.

§ 3o

I - matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

a) (Revogado)

b) (Revogado)

c) (Revogado)

....." (NR)

Art. 5o Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o ensino fundamental disposto no art. 3o desta Lei e a abrangência da pré-escola de que trata o art. 2o desta Lei

Desse modo, o educandário necessita estar apto a receber crianças a partir dos 6 anos de idade, reconhecendo as necessidades desta faixa etária para um atendimento integral e de qualidade. Perante isso, a secretaria de educação básica do ministério da educação ressalta que

o ingresso dessas crianças no ensino fundamental não pode constituir uma medida meramente administrativa. É preciso atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem delas, o que implica conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas. (p. 06, 2007)

Sendo assim, os estabelecimentos de ensino necessitam adequar-se as demandas desses ciclos, tanto em material didático-pedagógico como em formação e metodologias para atender esses educandos. Para tanto, após fixada a lei da ampliação de nove anos do ensino fundamental, estabeleceu-se a resolução nº 7 de 14 de dezembro de 2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos.

Dentre essas diretrizes, há a proposta de que os três primeiros anos do Ensino Fundamental sejam organizados em um único ciclo pedagógico, mesmo para as escolas que praticam o sistema seriado, o que significa dizer que nesses anos iniciais do Ensino Fundamental não haverá retenção dos alunos. A este respeito diz o Parecer CNE/CEB Nº 11/2010 :

A proposta de organização dos três primeiros anos do Ensino Fundamental em um único ciclo exige mudanças no currículo para melhor trabalhar com a diversidade dos alunos e permitir que eles progridam na aprendizagem. Ela também questiona a concepção linear de aprendizagem que tem levado à fragmentação do currículo e ao estabelecimento de sequências rígidas de conhecimentos, as quais, durante muito tempo, foram evocadas para justificar a reprovação nas diferentes séries. A promoção dos alunos deve vincular-se às suas aprendizagens; não se trata, portanto, de promoção automática. Para garantir a aprendizagem, as escolas deverão construir estratégias pedagógicas para recuperar os alunos que apresentarem dificuldades no seu processo de construção do conhecimento (2010, p.22)

Perante a isso, o ensino fundamental de nove anos, implica em um currículo voltado a atender as diversidades encontradas em sala de aula, bem como estratégias para alcançar a efetiva aprendizagem e não meramente notas e padrões de avaliações.

9.1 Concepção de inclusão

Nós pensamos inclusão como um processo de inserção social, no qual o aluno, encontra na escola, um lugar de acolhida. Mantoan (2002), pontua que: “A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém de fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se as particularidades de todos os alunos”.

Esse processo de inclusão educacional exige planejamento, reflexão e mudança, que envolvem a equipe administrativa, a gestão educacional, a equipe pedagógica, o corpo docente, os recursos governamentais e, a flexibilização e a adaptação curricular, garantindo aos alunos o seu direito constitucional e uma aprendizagem que melhor se ajuste as suas necessidades e lhes proporcione uma inclusão responsável na sociedade.

Busca-se construir na escola uma política voltada à qualidade para todos, assim a educação inclusiva faz parte desse projeto à medida que se oferece ações pedagógicas correspondentes as necessidades educativas dos alunos, respeitando as diferenças com relação a cor, raça, religião, cultura, etc.

Do mesmo modo, é preciso que os professores possam entender as relações que os alunos estabelecem no meio físico e cultural, além de reconhecerem e entenderem a diversidade existente numa sala de aula.

10. MARCO OPERACIONAL

10.1 Currículo, organização e planejamento

A escola tem influência no processo transformador da sociedade com poder de mudança quando trabalha questionando a realidade do aluno, analisando-a. Sua força transformadora aumenta quando caminha em conjunto: família/escola/comunidade e, diminui, quando individualiza o trabalho.

A prática escolar deve ser orientada pela competência, capacitação e aperfeiçoamento dos professores, para que trabalhem os conhecimentos confrontando teoria e prática. É necessário o compromisso dos diferentes segmentos da Comunidade Escolar que proporcione o diálogo para sanar as principais necessidades da escola.

A qualidade de ensino é flexibilidade, é o desenvolvimento da criatividade, é oportunizar a participação na construção do conhecimento. É preciso trabalhar a consciência ambiental, a organização e manutenção do espaço em que se vive, a solidariedade para com os outros.

Se o mundo e o país que queremos é o da participação, respeito, fraternidade, justiça social, precisamos transformar a escola num espaço de construção, não apenas do conhecimento, mas de novas atitudes para com os homens, as mulheres e os seres do universo.

A escola tem influência no processo transformador da sociedade com poder de mudança quando trabalha questionando a realidade do aluno, analisando-a. Sua força transformadora aumenta quando caminha em conjunto: família/escola/comunidade e, diminui, quando individualiza o trabalho.

A prática escolar deve ser orientada pela competência, capacitação e aperfeiçoamento dos professores, para que trabalhem os conhecimentos confrontando teoria e prática. É necessário o compromisso dos diferentes segmentos da Comunidade Escolar que proporcione o diálogo para sanar as principais necessidades da escola.

A qualidade de ensino é flexibilidade, é o desenvolvimento da criatividade, é oportunizar a participação na construção do conhecimento. É preciso trabalhar a consciência ambiental, a organização e manutenção do espaço em que se vive, a solidariedade para com os outros.

Se o mundo e o país que queremos é o da participação, respeito, fraternidade, justiça social, precisamos transformar a escola num espaço de construção, não apenas do conhecimento, mas de novas atitudes para com os homens, as mulheres e os seres do universo.

10.2 Gestão democrática

O C.E.E.F Paulo Henrique Pissaia, no que tange à gestão, reafirma seu compromisso com a ética proposta por Lutero, assentando seu processo educativo nos princípios do respeito ao outro e apreço à liberdade. Ser ético, na perspectiva de Lutero, é ser capaz de exercer a gestão de forma democrática, como princípio que abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. A gestão democrática aqui proposta implica no poder compartilhado e na participação efetiva do coletivo como compromisso que supera o individualismo e tem, na partilha, seu referencial maior

10.3 Dimensão Pedagógica

O planejamento acontece por ano/série de acordo com as necessidades conforme estabelecido pela Secretaria de Educação e nas aulas de hora atividade. A proposta de

trabalho está organizada pela metodologia de projetos no qual são trabalhadas as unidades temáticas baseados na proposta curricular conforme BNCC.

O material de planejamento dos professores será construído com sugestões e auxílio da Especialista em Assuntos Educacionais e da Diretora, sempre que houver necessidade ou interesse docente.

Os docentes desta instituição são favoráveis a teoria Sociointeracionista em que o conhecimento se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais. Dessa forma preconizamos:

- ✓ O Ensino Fundamental conforme a Resolução CNE/CEB nº 07/2010 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos, representa o direito à educação, entendido como bem inalienável para a formação do Ser Humano, tendo como norteadores das ações pedagógicas princípios éticos, políticos e estéticos. (BRASIL, 2010b).

10.4 Dimensão administrativa

10.4.1 Da matrícula

- a) O período reservado para matrícula será estipulado pela secretaria de Educação em acordo com a escola.
- b) Os pais ou responsáveis devem efetuar a matrícula dos alunos novos mediante documentos solicitados. E para aos demais a matrícula é automática.
- c) A escola oferece vagas, respeitando o zoneamento, transporte escolar e número de alunos por turma.
- e) A escola oferece o atendimento nos turnos matutino e vespertino e é de responsabilidade da direção da escola a distribuição das turmas para que ocorra um melhor funcionamento da instituição.

10.4.2 Dias letivos

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) a escola trabalha 200 dias de efetivo trabalho escolar, subtraídos os dias de exames, planejamento, cursos, reuniões com pais, entre outros. O calendário escolar será elaborado pela Secretaria de Educação aprovado pelo Conselho de Educação. Ficam assegurados dias para planejamento, reuniões pedagógicas, organização do plano de curso, curso de aperfeiçoamento, exames, entrega de boletins, festas e homenagens.

10.4.3 Reunião

A reunião pedagógica acontece no início do ano letivo e no decorrer do ano de acordo com as necessidades dos professores e planejamento por série. Estão previstos e/ou determinados no calendário escolar, mas podem acontecer em outros momentos mediante aviso prévio aos professores e funcionários e convocação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Os temas a serem discutidos são de cunho pedagógico e dão sequência aos trabalhos já iniciados.

Reunião de pais ou responsáveis acontece de acordo com as necessidades da escola. Pelo menos uma vez por ano a entrega de boletins é feita aos pais, com a presença dos professores, direção e funcionários. Os pais são informados sobre os objetivos da escola e forma de avaliação. É colocada a situação de cada aluno e forma de trabalho de cada professor. Os pais ou responsável que não estiver presente no dia da entrega de boletins deverá retirar num outro momento e conversar com a professora. É feito também os combinados como a escola e família podem trabalhar juntos para que a aprendizagem aconteça. Nesta reunião são expostas as regras internas do estabelecimento de ensino.

10.6.4 Arquivo

Os boletins, o livro de notas, o livro de matrícula, os diários de classe, o controle do livro ponto, horários, enfim toda documentação também para fins de transferência são expedidos e controlados pela direção da escola. A transferência só será expedida mediante a apresentação do atestado de vaga, respeitando o prazo de 30 dias para a expedição dos mesmos.

10.6.5 Espaço físico

A sala de aula é o espaço de interação aluno x aluno, aluno x professor e comunidade escolar com o processo ensino aprendizagem. A distribuição das salas de aula é de responsabilidade da direção da escola conforme o número de alunos por série. Zelar pelo espaço físico e ambiente escolar é compromisso e responsabilidade de todos.

10.6.6 Recursos humanos

O gerenciamento de recursos humanos é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação cabendo-lhes a tarefa de realizar a inscrição de professores em

caráter temporário, realizar a divulgação, distribuição e escolha de aulas para efetivos e contratados e acompanhamento do ponto.

Cabe aos professores optar em participar dos acontecimentos que envolvam a comunidade e/ou promovidos pela mesma, como: velórios, festas, cerimônias especiais...

Quando os professores, zeladores e merendeiras entra em licença com mais de 15 dias é contratado um substituto seguindo a lista de classificação do processo seletivo de acordo com o edital que está na Secretaria de Educação. Quando for menos de 15 dias, combinou-se que de preferência o professor ou funcionário põe um substituto se possível habilitado, por sua conta, assegurando os dias letivos do aluno.

10.6.7 Recursos recebidos

Os recursos recebidos e arrecadados são planejados pela comunidade escolar e gastos em prioridades atendendo as necessidades da escola. O gerenciamento dos recursos é administrado pela APP e direção da escola, sendo que as prioridades são definidas no coletivo. Todo ano em assembleia com os pais é decidido o valor da anuidade escolar como colaboração espontânea.

A escola recebe os seguintes recursos Públicos para gerenciar, aplicar e prestar contas:

- Valor oriundo do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), denominado dinheiro direto na escola (*PDDE), para aquisição de materiais permanentes e de consumo.
- Valor em conta específica da APP para reparos de materiais permanentes e didáticos pedagógicos.

10.6.8 Material escolar e didático

A escola dispõe de aparelhos audiovisuais que são utilizados pelos professores para auxiliar no processo educativo.

Os aparelhos de vídeo, de DVD, lousa digital são recursos utilizados para enriquecer, dinamizar e motivar a aprendizagem.

É de responsabilidade de cada professor agendar no espaço reservado na sala de professores dia, e aulas que irá utilizar o aparelho.

O cuidado com o aparelho e locação de fitas é de responsabilidade do professor.

O vídeo como recurso pedagógico deve ser usado com cautela, preparação anterior, conhecimento por parte do professor do conteúdo do vídeo, discussão e com objetivos propostos.

A escola disponibiliza material para os professores e alunos carentes.

O material escolar básico é de responsabilidade do aluno e de sua família. Alunos com maiores dificuldades financeiras tem Programas de auxílio, como o Bolsa Família.

Somente será distribuído material básico como lápis, cadernos, réguas, borrachas, folhas de ofício se realmente for necessidade e preferencialmente os alunos carentes, sendo responsabilidade da família ofertar os materiais básicos ao educando.

O material necessário aos professores para sua ação pedagógica devem ser solicitados com antecedência a direção da escola..

O livro didático é um recurso a mais de auxílio ao professor em suas aulas. É material oriundo do FNDE – MEC e distribuído gratuitamente aos alunos.

A escolha do livro didático ocorre sempre no ano anterior, onde cada professor poderá participar, discutir analisar e escolher, juntamente com os colegas e especialista. O livro didático é patrimônio público, responsabilidade da Escola e que seja bem usado, trabalhado e que seja um recurso a mais que vem somar a tantos outros.

Ainda contamos atualmente com o sistema apostilado SIM, adquirido pela Secretaria de Educação.

10.6.9 Recreio

O recreio, com duração de 15 minutos, é assistido pela diretora, secretária, orientadora, merendeiras zeladoras e professores, sendo oportunizados momentos de partilha, brincadeiras e lazer. O lanche é servido diariamente com lanches diversificados, entre doces e salgados, frutas, verduras, legumes, iogurte, pão, etc.

10.6.9.1 Apoia

Aviso por infrequência de aluno – constatada a infrequência do aluno no período de uma semana (ou sete dias alternados no período de um mês) o professor deverá comunicar o fato a direção da escola, através de preenchimento em três vias do AVISO POR INFREQUÊNCIA DE ALUNO. A escola deverá entrar em contato com a família para que o aluno retorne a assiduidade. Caso o aluno não retorne à escola no prazo de uma semana, a direção deverá encaminhar a 1ª e 3ª vias do APOIA ao Conselho Tutelar. Não obtendo êxito o Conselho Tutelar encaminhará a 1ª via do APÓIA à Promotoria da

Infância e Juventude, arquivará a 3ª via devidamente anotada e informará a escola na mesma data acerca do encaminhamento dado.

10.6.9.2 Transferência

A transferência de um aluno de um estabelecimento de ensino para outro será feita observando o núcleo comum fixado em âmbito nacional.

Ao solicitar a transferência o aluno deverá apresentar o Atestado de Vaga fornecido pela escola que irá frequentar.

No ato de transferência o aluno receberá: Atestado de Frequência; Histórico Escolar; Boletim Escolar ou Notas Parciais, sendo que os mesmos documentos serão exigidos dos alunos admitidos por transferência. A escola terá um prazo de trinta (30) dias a partir do dia em que recebeu o atestado de vaga para emitir a transferência.

10.6.9.3 Da organização disciplinar

O Regime Disciplinar aplicado ao corpo discente, tem caráter preventivo e prevê as seguintes advertências que quando necessárias serão aplicadas seguindo as normas da instituição:

- a) Advertência verbal;
- b) Advertência escrita;
- c) Advertência escrita e acompanhamento por pais ou responsáveis;
- d) Acionar o conselho tutelar quando necessário.

10.6.9.4 Programação

A programação da escola relata as ações rotineiras bem como atividades consideradas previamente definidas ao longo dos anos.

A cada ano ao organizar o calendário escolar é repensado, reavaliado, mas não perdendo o sentido e as linhas gerais.

- Reunião com APP, pais e funcionários da escola no início de cada ano letivo e no decorrer quando necessário.
- Hora cívica (semanal, mensal)
- Comemoração Pascoal
- Festa Junina Interna e em agosto para o público
- Encontro Família e Escola
- Semana da Pátria

- Semana da criança com programação especial
- Gincana estudantil
- Feira do livro
- Confraternização professores e alunos (encerramentos, aniversários...)
- Comemoração Natalina

10.7 Dimensão Comunitária

As famílias participam dos eventos escolares e quando a escola é solicitada, participa de eventos culturais, cívicos, religiosos, comunitários.

Relação: Escola – Família – Comunidade

O grupo de professores, alunos, funcionários, família e comunidade devem envolver-se na dinâmica do Projeto Político Pedagógico, desde a fase de planejamento até a execução das etapas, passando pela avaliação constante do processo que está sendo desenvolvido.

Outra maneira é o convite sempre para participar das Assembleias da APP, atividades recreativas, culturais, cívicas, religiosas, educativas, reuniões por turmas quando se fizer necessário, homenagens as mães, aos pais, professores, merendeiras e as crianças.

É fundamental tornar a escola atraente e democrática, incentivando a iniciativa, a criatividade, o empenho, a participação e a responsabilidade, prestando assistência pedagógica aos alunos que apresentam dificuldades e defasagens na aprendizagem.

Com a comunidade mantemos um bom relacionamento, tornado o ambiente agradável e de fácil convivência.

APP - Também faz parte da escola a APP (Associação de Pais e Professores). A APP é uma entidade jurídica registrada por estatutos próprios com a finalidade de promover a integração Escola-Comunidade, com cooperação na manutenção, expansão e conservação do patrimônio escolar. A APP é constituída por pais de alunos, ou responsáveis, professores e direção da escola. As atribuições da APP, funcionamento e administração estão definidas em estatuto próprio aprovado pela comunidade escolar. A associação de pais e professores será administrada por uma diretoria e um conselho fiscal. A APP deve ser administrada de acordo com o regimento Interno da Associação, com as normas

baixadas pelo conselho fiscal e o recurso constitutivo ao fundo escolar. A APP visa também fins pedagógicos e a participação de todos nas decisões.

A APP tem como fundamentos básicos:

- Realizar assembleias, reuniões e atividades recreativas e culturais lucrativas para subsidiar a escola quando for necessário.
- Eleição a cada dois anos, onde a cada chapa inscrita deve contemplar a composição por pais, professores e funcionários.
- Administrar recursos provenientes de subvenções sociais.
- Cooperar com professores e pais no que corresponde ao patrimônio público e aplicação do Projeto Político Pedagógico.
- Estimular a integração e interação entre escola e comunidade.

No início do ano, ao realizar a Assembleia com os pais, fica definido um valor para contribuição espontânea anual para auxiliar nas atividades no decorrer do ano letivo.

10.8 FREQUÊNCIA

O registro da frequência será feito diariamente por turma. Será aprovado o aluno com frequência igual ou superior a 75%, com aproveitamento necessário. Aluno com frequência inferior a 75% com aproveitamento superior a 80% da escola também é aprovado.

DIAGNÓSTICO ESCOLAR

O espaço educativo é capaz de transformar vivências e realidades, a partir das socializações e intervenções pedagógicas que o mesmo proporciona aos seus educandos e aos educadores. Dessa forma a escola está estruturada pedagogicamente e pela ação administrativa que estão voltadas a sua missão, no que se define pelas concepções dos elementos inerentes à sua razão de existir que são o homem, a sociedade e o conhecimento.

Atualmente, neste estabelecimento de ensino, estuda, em média, duzentos e duas crianças do 3º ao 5º do ensino fundamental, distribuídas em onze turmas, cinco no período matutino e seis no período vespertino.

Atualmente, 90% dos alunos dependem do transporte escolar, entre eles alunos de bairros, cidade e interior. Somente alguns não têm casa própria e dependem de aluguel

ou são agregados. A maioria dos alunos que moram nos bairros tem sua casa própria.

Os alunos moram com os pais ou responsáveis. Dentre eles podemos citar: com tios, avós, madrinha, amigos, entre outros.

A religião católica predomina nas famílias dos alunos, sendo que as religiões Evangélicas também estão presentes na família de nossos educandos.

A escola conta com professores habilitados. Hoje possui doze docentes, sendo que, seis são titulares de 3º ao 5º ano, um de Arte, um de Educação Física, dois de inglês, um de reforço e um de informática; todos com habilitados na área que atuam. Na escola também trabalham uma diretora, uma orientadora pedagógica, duas zeladoras e uma merendeira e uma auxiliar.

A escola é uma instituição capaz de atuar de forma mais direta e decisiva em benefício da comunidade imediata e da comunidade como um todo.

No ambiente escolar as salas de aula são um espaço acolhedor, onde os alunos tem uma interação e relacionamento com a comunidade escolar. Um espaço que, ao longo do ano letivo, vai sendo transformado com a participação e a cooperação dos alunos e dos demais funcionários.

A unidade escolar possui recursos didáticos disponíveis para o trabalho dos professores como também recursos midiáticos, aparelho de som, DVD, Televisão, Notebook, Data Show, Multimídia. A escola utiliza o ginásio da comunidade do Bairro Antonio Rech e Bairro Jaroseski para realizar as aulas de Educação Física e tem um espaço razoável para os alunos brincarem durante o recreio, onde se encontra um campo de areia.

O planejamento, por série e por área de ensino favorece a troca de ideias, experiências, sugestões que enriquecem o trabalho educativo e torna-o mais produtivo, criativo e diversificado, Também a escola considera fundamental o registro, pois é através dele que teremos a possibilidade de refletir sobre a ação pedagógica junto ao grupo escolar e a família. Registrar significa sistematizar as vivências, os avanços, as dificuldades, oferecendo subsídios para avaliar os processos pelos quais passam as crianças, repensar, reestruturar e implementar seu planejamento diário, semanal ou mensal.

Nesta forma de planejar as avaliações são constantes e contínua para verificar se os objetivos foram atingidos e se está ocorrendo a aprendizagem evitando-se a repetência e a evasão escolar.

Pensar em planejar a educação é parte essencial da reflexão sobre como realizar

e organizar o trabalho escolar. Isto significa encarar os problemas da instituição escolar e do sistema educacional como um todo, compreendendo as relações institucionais, interpessoais e profissionais neles presentes; avaliando e ampliando a participação de diferentes atores em sua administração e em sua gestão; assumindo a escola como instância social de contradições que propiciam o debate construtivo e, sobretudo, enquanto entidade que tem como principal missão propiciar aprendizagens e formar cidadãos.

Cotidianamente nos encontramos diante de desafios que podem ser melhores enfrentados a partir de ações efetivamente democráticas, desde que a reflexão e a ação aconteçam coletivamente, principalmente envolvendo família, escola e comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Projeto Político Pedagógico é o resultado de um trabalho de pesquisa e construção teórica que envolveu um grupo de pessoas que refletiram e se posicionaram frente a ação educativa na escola. A instituição escolar assumiu o processo de planejamento participativo, optando pela transformação social.

Repensar uma nova sociedade exige um ser humano que possua forte senso de justiça, crítico ou seja, um ser capaz de observar, analisar, discutir, propor e agir frente às novas condições. É preciso também que os sujeitos sejam competentes e dinâmicos e tenham responsabilidade social e ambiental. Para fazer frente ao processo de massificação, presente na globalização, é preciso ainda que as pessoas tenham espírito coletivo, consciente e participativo.

A escola e a educação tem um papel importante na transformação social, e os educadores, tem a função de instrumentalizar os educandos para que tenham uma compreensão da realidade e das suas relações através da apropriação do saber historicamente acumulado e, a partir do mesmo, encontrar caminhos para superar e transformar.

Considerando essas reflexões, os docentes do Centro de Educação de Ensino Fundamental Paulo Henrique Pissaia, são favoráveis a teoria Sociointeracionista.

Como nos dedicamos para refletir a educação e garantir a sua priorização na escola, a materialização do Projeto Político Pedagógico ora construído, implica na continuidade de um trabalho de estudos, discussões, decisões e mudanças de caráter pessoal, profissional e cultural. Daí, a necessidade de um articulador do Projeto, que possibilite ao grupo falar, explicitar, questionar e decidir.

A Comunidade Escolar determina que, a Direção desta escola, fique responsável em coordenar e assessorar a continuidade do processo. Para tanto, fará referências ao plano nas programações da escola, promoverá avaliações periódicas em que serão analisados os resultados obtidos em cada etapa e considerará a necessidade de reformulação ou não do projeto.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUCHAMP, Jeante; PAGEL, Sandra Denise. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão de crianças de seis anos de idade**. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

BRASIL. **Constituição** de 1988;

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394/1996;

BRASIL. MEC. **Gestão escolar e formação de gestores**. Brasília: INEP, junho 2000;

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 3.

FREIRE, Paulo. **Conscientização; teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

_____. **Política e Educação**, 6 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como Prática Educativa**. 5. ed. São Paulo: Loyola,

MENEGOLLA, Maximiliano & SANT'ANA, Martins Ilza. **Por que planejar? Como planejar?** Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5.ed.. Goiânia: Alternativa

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre o currículo**; currículo e desenvolvimento humano. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 56p;

LUCK, Heloisa. **A dimensão participativa da gestão escolar**. In: Gestão em rede. (10): 13-17, agosto, 1998;

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação docente para educação infantil e séries iniciais. Florianópolis: COGEN, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**: plano de ensino aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização. 5ª edição São Paulo: Libertad, 1999;

_____. **Avaliação da aprendizagem**: práticas de mudança.

<http://www.escolasouzapoletti.com.br/diferencial.html>

PROPOSTA DE TRABALHO PARA SALA DE INFORMÁTICA:

- Conhecer e aprender manusear o recurso disponível;
- Usar como lazer através de jogos, brincadeiras, desenhos e pinturas;
- Usar os diferentes programas de acordo com o nível da turma;
- Contemplar as diversas áreas de conhecimento;
- Pesquisar usando a internet;
- Socializar o conhecimento;
- Trabalhar músicas e histórias;
- Trabalhar frases, ditados, textos... Assuntos relacionados e/ou referentes a conteúdos trabalhados em sala de aula.
- Cada turma de aluno, do 1º ao 2º ano, terá uma aula de informática semanalmente, onde o professor orientado pelo professor titular de sala de aula deverá desenvolver as atividades planejadas e repassadas por este no laboratório. ANEXAR PROJETO

PROPOSTA DE TRABALHO fundamentada em projetos anuais PARA AULAS DE APOIO PEDAGÓGICO – REFORÇO ESCOLAR: critérios para participação

- Trabalhar com atividades diversificadas e atrativas.
- Usar diferentes estratégias de alfabetização para cativar o aluno.
- Despertar no aluno o gosto pela leitura e escrita.
- Disponer de recursos para trabalhar com atividades diversificadas.
- Trabalhar em horário extraclasse.